

### MESA DIRETORA

#### FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSE**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Zé Reinaldo  
Deputado Flamarion Portela  
Deputado Jalsér Renier  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Chicão da Silveira  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Remídio Monai

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Zé Reinaldo

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Flamarion Portela  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Zé Reinaldo

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Jânio Xingú  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Soldado Sampaio

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Ângela Águia Portella  
Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Cabral

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Jalsér Renier  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Coronel Chagas

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputada Ângela Águia Portella  
Deputado Joaquim Ruiz  
*Suplentes:*  
1º - Deputado George Melo  
2º - Deputado Ivo Som

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Chicão da Silveira

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra  
Deputado Jalsér Renier  
Deputado George Melo  
Deputado Jean Frank  
Deputado Ivo Som

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputada Ângela Águia Portella

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Jânio Xingú  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Dhiego Coelho

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado George Melo  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Flamarion Portela

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Ivo Som  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputado Remídio Monai

<b>SUMÁRIO</b>	<b>Atos Administrativos</b>	
	Memorando Circular ADM. nº 002/2014	02
	Resoluções de Afastamentos nº 098 a 100/2014	
	<b>Atas Sessões Plenárias</b>	03
	Ata da 2280ª Sessão Ordinária - Íntegra	

<b>EXPEDIENTE</b>	<b>GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL</b>
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral
	CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA Diagramação

<b>MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES</b>	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

## ATOS ADMINISTRATIVOS

### MEMORANDOS EXPEDIDOS

Memo Circular ADM. Nº 002/2014

Boa vista-RR, 28 de fevereiro de 2014.

Da: Superintendência Administrativa

Ilmo Sr(a): Deputados, Superintendentes, Diretores (a), Gerentes, Coordenadores (a), Assessor (a), Escolegis e CHAME da ALE-RR.

Informamos a todos Diretores e Assessores deste Poder, que em virtude do feriado de Carnaval só haverá expediente nesta Casa a partir do dia 06.03 (quinta feira) do corrente ano.

Atenciosamente,

AIAS VIANA BENTO

Superintendente Administrativo

### RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS

#### RESOLUÇÃO Nº 098/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

#### RESOLVE

**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **HERMES FERREIRA DE ANDRADE FILHO, Matrícula 012298** para viajar com destino aos municípios de Rorainópolis e Caracará, no período de 27.02 a 03.03.2014, com a finalidade de participar de reuniões e visitas a Comunidade ribeirinha do baixo Rio Branco, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 27 de fevereiro de 2014

**Deputada FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**

Presidenta em Exercício

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

#### RESOLUÇÃO Nº 099/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

#### RESOLVE

**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **ANDREA FERNANDES LIMA, Matrícula 012651, MARCELO JARDIM BONFIM, Matrícula 007951 e MARIA DA GUIA DASILVA, Matrícula 011888**, para viajarem com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 06.03 a 15.03.2014, com a finalidade de realizarem visita técnica na Escola

do Legislativo daquela cidade, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 27 de fevereiro de 2014

**Deputada FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**

Presidenta em Exercício

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

#### RESOLUÇÃO Nº 100/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

#### RESOLVE

**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **SEBASTIÃO COSTA DOS SANTOS, Matrícula 010474, JANDIRA GOMES DOS SANTOS, Matrícula 007891 e CAROLINE FERNANDES CORREIA, Matrícula 007482** para viajarem com destino ao município de São João da Baliza, no período de 06.03 a 14.03.2014, com a finalidade de realizarem visitas aos moradores das vicinias daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 27 de fevereiro de 2014

**Deputada FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**

Presidenta em Exercício

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

## ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2280ª SESSÃO, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2014.

47º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADA AURELINA MEDEIROS.**

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte de fevereiro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima octogésima Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Erci De Moraes**) – Convido o Senhor Deputado Gabriel Picanço para atuar como Primeiro Secretário *Ad hoc*.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Gabriel Picanço**) – Senhora Presidente, não há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Erci de Moraes**) – Não havendo quórum regimental, suspendo a abertura dos trabalhos pelo prazo de quinze minutos. Reaberta a Sessão.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Convido o Senhor Deputado **Zé Reinaldo** para atuar como Segundo Secretário *ad hoc*.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Gabriel Picanço**) - Senhora presidente, há quórum regimental.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Zé Reinaldo**) – (Lida a Ata).

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

O Senhor Primeiro Secretário (**Zé Reinaldo**) -Senhora Presidente, solicito retificação na Ata, onde se lê Plenarinho, leia-se Plenário.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Coloco em votação a Ata da Sessão Anterior, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata com retificação.

Registro a presença, em Plenário, do Vereador do Estado do Amazonas, Senhor Elias Emanuel, que veio participar do Workshop do legislativo que tem abertura hoje, às 14:30, no plenarinho, onde irá ministrar uma palestra, amanhã, sobre Plano Diretor. Esse é um trabalho do nosso centro de Apoio às Câmaras Legislativas que estarão hoje e amanhã discutindo e apresentando propostas com os Vereadores dos Municípios do nosso Estado.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Gabriel Picanço**) - Senhora

Presidente, o Expediente consta do seguinte:

**RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:**

Mensagem Governamental nº 014/2014, de 17/02/2014, encaminhando a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que visa dar nova redação ao art. 20 D.

Mensagem Governamental nº 015/2014, de 17/02/2014, encaminhando o Projeto de Lei Complementar que altera dispositivos das Leis Complementares nº 053 e 055.

Mensagem Governamental nº 16/2014, de 17/02/2014, encaminhando projeto de Lei que altera dispositivo das Leis nº 949 e 950.

Ofício nº 013/2014, de 18/02/2014, do Governador do Estado, restituindo os Projetos de Lei que dispõem sobre a Política de Regularização Fundiária Rural do Estado.

Proposta de Emenda Constitucional que altera e acrescenta dispositivos à Constituição do Estado de Roraima, e dá outras providências.

Era o que constava no Expediente, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Gabriel Picanço**) – (Procede a chamada).

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhora Presidente, Senhora e Senhores Deputados, colaboradores da Casa. Faço uso da Tribuna para trazer aqui para esta Casa um assunto que tem causado, no nosso Estado de Roraima, no mínimo estranheza, e como foi uma lei aprovada por esta Casa, trago esse assunto para que nós possamos nos aprofundar e debater. Nas redes sociais e nos jornais locais fala-se da implantação de um chip, pelo DETRAN, no valor de noventa e seis reais que, sobre o pretexto de ser um instrumento antifurto e antirroubo, seria instalado nos veículos, e esta Casa Legislativa aprovou. Diante dessa repercussão, eu pedi ao DETRAN explicações através do meu ofício nº 003/14 e pedi, também, que o Ministério Público, através da procuradoria de Defesa do Consumidor, tomasse providências no sentido pedir explicações do DETRAN para averiguar a legalidade da implantação do chip.

Deputado Flamarion, em novembro de 2012 chegou, aqui, a Mensagem Governamental nº 048/13 acompanhada do Projeto de Lei nº 055, que “Altera e acrescenta dispositivos na lei nº 195, de 30 de dezembro de 2010, que cria outras taxas de serviços do DETRAN Roraima, e dá outras providências. Pois bem, o pretexto seria o SINIAV (implantação do chip com todos os seus mecanismos), o que será um marco tecnológico no Sistema Nacional de Trânsito, pois com sua implementação, a partir de 01/01/13, todos os veículos licenciados no Brasil possuíram placas eletrônicas de identificação, auxiliando assim o controle da frota, no combate e inibição ao roubo e furto de veículos e cargas, inadimplência fiscal dos veículos, além da melhoria da mobilidade urbana, principalmente o aumento da segurança no trânsito. Então, esse Projeto de Lei nº 055 transformou-se na Lei nº 883, de dezembro de 2013, que foi votada, Deputado Flamarion Portela, e autorizou o DETRAN-RR a cobrar uma taxa no valor de noventa e seis reais para a implantação desse chip. Veja bem, o que nós estamos vendo é o seguinte: o chip não é um instrumento que é instalado no carro para coibir roubos e furtos, por que não é? São quatro antenas que serão instaladas aqui no nosso Estado; uma será instalada na ponte dos Macuxis; outra será instalada na ponte da Piscicultura, BR-205; outra na ponte do Rio Cauamé, na BR-174; e outra lá no Jundiá, Município de Rorainópolis. Veja bem, como um instrumento antirroubo, antifurto instalado lá no Município de Rorainópolis vai coibir o furto e o roubo? Se um carro for roubado aqui em Boa Vista, necessariamente, ele não será levado lá para o Município de Manaus, no Estado Amazonas, ele pode ficar em um dos nossos municípios. Enfim, ele não coíbe roubos e furtos. Esse chip é um instrumento para monitorar o tráfego, para monitorar onde você estiver. E outra, só se passar em um desses instrumentos que fazem a filmagem da placa e a identificação da placa eletrônica, ou se estiver próximo a dois veículos que são instrumentos móveis que serão instalados para, simplesmente, em blitz, arrecadar recursos para o Estado. Vejam bem, diz aqui que, com o SINIAV, uma vez implantado, os usuários terão mais segurança, melhor gestão no trânsito, maior mobilidade urbana, controle das divisas de fronteira e inibição ao roubo e ao furto do veículo. Foi o pretexto utilizado para esta Casa e esta Casa aprovou o projeto que se transformou em lei, e hoje estamos sendo penalizados pela população porque foi um engodo, pois nós não votamos a implantação do chip para monitoramento de veículo não, nós votamos, aqui, a implantação de um chip para coibir roubos e furtos. Aí veja bem, depois da lei estadual aprovada, veio outras providências, e quais seriam essas providências: primeiro, o DETRAN/RR abriu um processo no qual uma empresa do Rio de Janeiro ganhou o valor estimado em R\$ 71.190.900,00, esse foi o processo aberto pelo DETRAN/RR, um processo estimativo, no qual a empresa CAGU, Tecnologia LTDA, ganhou esse contrato no valor de R\$ 46.989.690,00. Essa empresa vai receber R\$ 46.989.690,00 do contribuinte roraimense para instalar esse chip de

monitoramento no carro. Está aqui o contrato e está aqui, no Diário Oficial, a sua publicação e a publicação não falou no valor de R\$ 46.989.690,00, falou no valor único do chip de R\$ 69,04, é o valor que essa empresa recebe por cada instalação. Então, essa licitação e esse contrato vão tirar do Estado de Roraima, Deputado Flamarion, R\$ 12.000.000,00 por mês do bolso do contribuinte, que não aguenta mais tributo para o estado do Rio de Janeiro, sobre o pretexto de coibir roubos e furtos e não vai coibir essa placa de monitoramento. Mas aí o DETRAN/RR começou a se explicar devido à pressão das redes sociais e aos documentos que enviamos, desta Casa, pedindo explicação. Algumas justificativas foram colocadas: primeiro o DETRAN/RR disse que, em Roraima, vai haver um projeto piloto porque será instalado no Brasil todo. Deputado Flamarion, projeto piloto no valor de R\$ 47.000.000,00, por que o projeto piloto não é gratuito? Essa é a primeira pergunta. Segundo: eu mesmo conversei com o Presidente do DETRAN e ele me falou, já disse isso na mídia, que o Estado de Roraima é o primeiro a implantar o chip porque tem a menor frota do País, é mentira, Deputados. Esse projeto piloto poderia ser instalado em um período de seis meses ou de um ano. Como é que um projeto piloto é instalado tendo um contrato e uma licitação de cinco anos? Esses R\$ 47 milhões são para os cinco anos de instalação desses chips. Vejam bem, então busquei dados de cinco anos desses veículos no Estado do Amapá e de Roraima, em 2009 no Amapá tinha 99 mil veículos, em Roraima 110.063, temos uma frota maior. Em 2010, no Amapá 115.323 e em Roraima, 125.451. Em 2011, Amapá com 130.388, Roraima com 139.090 veículos; Em 2012 no Amapá 141.432, Roraima 152.279; e em 2013, Amapá 152.674 e Roraima 165.339 veículos, portanto, não poderíamos ser um projeto piloto sob o argumento de sermos a menor frota do país, porque não é verdade. Essa justificativa se estende também por conta de uma Resolução 042, de 09/08/2012, que diz: que em todo território nacional esse chip, Deputado Mecias, terá que ser instalado até junho de 2014, mas, ela foi revogada pela Resolução 433, de 23 de janeiro de 2013, que nos dá o prazo até 30 de junho de 2015 para instalação desse chip, e porque essa velocidade toda em instalar agora? E por que em Roraima, se não somos o Estado que tem a menor frota? E por que um projeto piloto no valor de 47 milhões de reais saindo do bolso do contribuinte do nosso Estado de Roraima?

A quinta mentira: quando o DENATRAN levantou a possibilidade de instalação desse chip e disse, em mídia nacional, que seria no valor de cinco reais, em média, e estamos pagando, aqui, 96 reais, na lei aprovada nesta Casa. Deputada Aurelina, diz-se que esse valor será corrigido anualmente pelo INPC e no contrato que a empresa fez com o DETRAN diz que: será corrigido pelo IGPM, ou seja, aprovamos um projeto com uma leitura e foi feito o contrato com outra. Enfim, o que eu quero pedir a Vossas Excelências e tenho certeza que nenhum dos Deputados que votaram aqui nessa lei, em dezembro de 2012, tinha ciência da instalação desse chip para monitorar o cidadão brasileiro, para monitorar onde você esteja com seu veículo. Nós votamos, aqui, na instalação de um chip para coibir furtos e roubos. Portanto Deputada Aurelina Medeiros, quero pedir providências desta Casa, já que temos um prazo até junho de 2015 para instalação desse chip, através de uma Resolução do DENATRAN. Acredito que devemos buscar instrumentos legais para que, de imediato seja suspensa a instalação desse chip para que possamos trazer a esta Casa uma discussão séria e que abranja a real necessidade da instalação desse chip. Mas já que a Resolução é em nível nacional, temos que atender ou vamos rever no mínimo o preço que é considerado não só por mim, mais por toda a população, como abusivo, vamos ver a quem beneficia uma licitação de 47 milhões de reais, onde já temos a maior carga tributária do mundo e agora mais uma taxa. E falo oportunamente, porque entrou nessa Casa uma Mensagem Governamental para que possamos rever o Código Tributário, e que nesse ensejo possamos juntos, Deputados de oposição e Deputados de situação, sabendo que essa taxa é abusiva e inaplicável ao nosso Estado, acredito que podemos tomar providências no sentido de rever esta Lei, Deputado Flamarion. Não é pecado reconhecermos que fomos levados, não quero dizer que fomos enganados, mas fomos levados a aprovar um projeto que se falava em um equipamento antifurto e antirroubo e agora se fala em um instalar chip para monitorar os veículos dos cidadãos do Estado de Roraima a um preço absurdo. Quero registrar a presença do Dr. Ademir Telles, que é nosso promotor da Procuradoria de Defesa do Consumidor, que tem tomado providências nesse sentido, obrigado pela presença.

Aparte concedido à Deputada **Aurelina Medeiros**: – apesar do tempo agradeço-lhe pelo aparte. Também gostaria de agradecer a presença do Dr. Ademir Telles, seja bem vindo à nossa Casa. Gostaria de dizer que, como tudo nesse Estado, a culpa é do político e mais uma vez a Assembleia tem sido alvo de críticas na mídia local, como culpada por criar mais uma taxa que penaliza o consumidor. Então, queria esclarecer que o SINIAV não é uma criação da Assembleia Legislativa, nem temos competência para legislar sobre isso. Primeiro, criamos nesta mesma Lei o SINIAV, o sistema e estabelecemos a taxa, isso é uma decisão do CONTRAN, DENATRAN, é uma taxa criada em

nível nacional e que obriga, praticamente, por decisão desses órgãos, que cada Estado crie o SINIAV e nós o fizemos em 2012. Então, não foi a Assembleia que criou o sistema, a Assembleia nem tem competência para propor a criação de taxas nesse nível. Este é um programa e uma taxa criados em nível nacional, com o objetivo de monitorar ou coibir roubos. Acredito que ter uma torre em jundiá, no Bonfim, em Pacaraima seria muito bom se o objetivo é a prevenção de roubo ou o monitoramento dos cidadãos. Isso não vem ao caso. O que eu queria dizer aqui é que os dois objetivos estão juntos e que não foi uma iniciativa desta Casa criar essa taxa. Criamos através de um projeto que foi enviado a esta Casa por determinação do Governo do Estado e do Governo Federal, portanto, não foi criado por nós. O SINIAV existe em todos os Estados do Brasil e por isso teríamos que criar aqui também, sua implantação no Brasil inteiro seria para 2014, não sei se por isso se tomou Roraima como projeto piloto e agora ampliaram esse prazo para 2015, mas quando aprovamos a Lei, em 2012, tínhamos até 2014 para implantar o sistema. Só queria justificar que este é um programa e uma taxa criada em nível nacional, não é uma coisa criada por esta Casa, é uma exigência nacional, mais uma exigência deste País que cobra muito e dá muito pouco em troca, que não poderíamos deixar de aprovar, pois existe no País inteiro, e Roraima não pode ser a exceção. Agora, o prazo para implantação era 2014, se agora se estendeu para 2015, poderemos ver como postergá-lo, mas quero deixar claro a todos é que não foi uma iniciativa desta Casa e não podemos também deixar de criar uma Lei encaminhada pelo Governo Federal. Obrigada.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Obrigada, Deputada Aurelina Medeiros. O SINIAV foi criado através de uma Resolução a nível nacional, mas cabe às assembleias legislativas dos Estados, implantar a taxa e criar o valor. Nós criamos o valor de R\$ 96,00 aqui nesta Casa, o SINIAV é em nível nacional, mas nós criamos a taxa aqui e por isso temos que ter a humildade para reconhecer que é abusiva e tentarmos rever, principalmente, na revisão do código tributário que consta da mensagem governamental que foi encaminhada a esta Casa ou até mesmo conversar com o governo para que mande outra mensagem que nos permita baixar essa taxa. Esse é nosso objetivo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Meu querido Deputado Brito, Senhoras e Senhores Deputados, Dr. Ademir Teles, competente Promotor de Justiça do nosso Estado. Queria me congratular com Vossa Excelência pelo apanhado de pesquisa feita e queria, com toda humildade, dizer que cometemos erros e acertos na nossa vida. Ora esse erro é grave, ora é menos grave, e cometemos deslizes resumidamente. Ontem, tive a oportunidade de rever esse processo juntamente com a Deputada Aurelina e algo me chamou atenção. Tem uma das taxas, que, nessa oportunidade, vieram para cá três taxas, e uma delas era de duzentos reais, a Assembleia se tocou, se sensibilizou e a relatora da matéria, Deputada Aurelina que é uma Deputada criteriosa, estudiosa e que procura não estimular que metam a mão no bolso do nosso povo, orientou que essa taxa fosse reduzida para cinquenta reais, ficou um quarto do valor previsto. Acontece que não procuramos, até pelo afogadilho do final do ano, quando você quer se livrar de uma grande quantidade de processos e acaba não dando a alguns a devida atenção, por isso temos que assumir esta culpa, pois não procuramos pesquisar a nível nacional ou mesmo no CONATRAN qual era a previsibilidade desse sistema de segurança, pois não fala nem em chip, fala-se em sistema de vigilância veicular, essa foi a terminologia que veio no projeto. Aí, você termina aprovando aquilo que hoje nos faz ser execrados por toda a sociedade nas redes sociais. E eles têm razão, pois trata-se de mais uma taxa que vai entrar na despesa da sociedade. Agora algo me chama atenção, Deputada Aurelina, se em 2012, no início desse processo tínhamos um prazo até o ano de 2014 e agora foi prorrogado para 2015, como é que no início de 2014 já temos licitação feita e sabemos que é um processo lento, com demanda judicial e outras exigências, então por que nessas alturas do campeonato, Deputado Brito Bezerra, já temos um contrato, que inclusive pediria a Vossa Excelência para observar qual a data de assinatura desse contrato, pois isso é importante demais, pois parece que a coisa já estava montada, preestabelecida e quem ganhou foi uma empresa do Rio de Janeiro, para levar nossas escassas divisas. Acho que a coisa está nebulosa e acredito que temos que esclarecer isso e temos que ter a coragem de reconhecer que não fomos suficientemente vigilantes nessa taxa e devemos buscar mecanismos, através do Executivo ou de outras legislações que cheguem aqui para reduzir essas taxas. Não é deixar de implantar ou implementar, já que é uma obrigação nacional mas, que seja um valor compatível com o que nosso povo pode pagar. Esse equipamento, de acordo com o que se vê nas redes sociais, Deputado Brito, custa cinco reais, por que então temos que pagar várias vezes mais o valor real, então tem algo estranho nesse processo, onde uma empresa vem e leva um percentual e divide outro com o DETRAN. Temos que clarear isso para que a sociedade, realmente, se sinta segura nesse processo de implementação desse chip. Sei, Dr. Ademir, que podemos contar com Vossa Excelência que está lá na defesa do consumidor, sempre lutando valentemente, permanentemente. E isso já foi demonstrado, por exemplo, em outras ações, como no sistema de telefonia

móvel e fixa, sempre presente, buscando os interesses da sociedade e por isso temos que nos unir para tentarmos esclarecer isso e reduzir esta taxa, e a partir daí a sociedade pagar, mas pagar com tranquilidade e segurança. Parabéns, Deputado Brito, e obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Obrigada, Deputado Flamarion, gostaria de dizer que as Leis advêm das demandas da sociedade e temos agora uma demanda clara, que é a não condição de pagamento desse valor por estas placas eletrônicas instaladas nesses veículos. Portanto, temos que ter a humildade e rever sim esta Lei neste Parlamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Quero parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento oportuno e necessário, quando Vossa Excelência vai à tribuna para reconhecer um erro que de fato, é deste Poder, desta Casa. Sabemos que a taxa deveria ser algo em torno de duzentos e cinquenta reais, caso a Relatora não tivesse tido a sensibilidade de analisar. O Deputado Flamarion também disse muito bem que é a pressa que esta Casa tem no final do ano em votar alguns projetos devido ao fato de que o Governo manda uma grande quantidade de projetos no final do ano, o que propicia a cometer erros, impedindo de esta Casa analisar com mais profundidade. Não se discute, aqui, quem votou a favor ou contra o projeto, afinal de contas foi a Assembleia Legislativa que aprovou e isso pode ser corrigido através de um projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo a este Poder, reduzindo o valor das taxas, e espero que o governo tenha a sensibilidade de encaminhar o mais rápido possível, a esta Casa, um projeto de lei reduzindo esses valores que, de fato, é um absurdo. Já iniciaram o processo, mas gostaria de pedir a diretoria do DETRAN que suspenda momentaneamente essa cobrança desses valores para que o Governo do Estado e esta Casa possam voltar a analisar um projeto encaminhado pelo governo, pois acredito que ele vá mandar porque temos que ouvir a voz da sociedade para que possamos fazer, aqui, essa correção desses valores absurdos propostos pelo governo e aprovado pela Assembleia Legislativa. O prazo já está estipulado, temos até o ano que vem, portanto, não precisa essa correria toda, pois, não é uma maratona. Mas o que me preocupa também é a privacidade que todos os condutores de veículos vão perder a partir da instalação desse chip. Parece-me que vai haver uma vigilância constante e para a pessoa que tiver o controle do sistema será muito fácil saber onde determinada pessoa está naquele momento, naquele dia e isso é preocupante. Tenho certeza absoluta que todos nós devemos estar atentos a isso e quero propor à Deputada Aurelina Medeiros que sugira, urgentemente, ao Governo do Estado que reenvie, encaminhe uma matéria a esta Casa para tratarmos desse assunto, com tempo hábil para que possamos nos manifestar. Parabéns Deputado Brito.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o que proponho aqui é, que tendo em vista que essas justificativas do DETRAN caem por terra, em primeiro lugar, a obrigação de instalação do chip é até junho de 2015; segundo: não temos a menor frota do País, que seja então o Estado do Amapá a receber o projeto piloto, pois ele tem a menor frota do País e não o Estado de Roraima, terceiro: que o contrato de cinco anos seja revisto, pois não existe projeto piloto com contrato de cinco anos, isso é mais que um mandato parlamentar. Tendo em vista que o objeto do contrato não é um instrumento para coibir furtos e roubos de veículos, temos então aqui a legitimidade e as razões necessárias para pleitear a revisão desta Lei, tendo em vista, também, que é uma demanda da sociedade. É com esse sentimento que venho à tribuna pedir a esta Casa que reconheçamos nosso erro e possamos rever este projeto. Vou fazer um requerimento e encaminhar à Mesa, para que Vossa Excelência, como Presidente, peça do Governo do Estado que encaminhe uma nova mensagem governamental para que possamos, no mínimo, baixar os preços das taxas. Enquanto isso não acontece, a gente pode solicitar ao DETRAN que suspenda a instalação, pelo menos até dezembro de 2014, para que possamos discutir, nessa Casa, um projeto que possa atender às necessidades e as demandas da sociedade. Obrigada.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Bom dia Senhora Presidente, minhas senhoras e meus senhores. Quero dar boas-vindas a todos e, em nome da dona Lea, quero saldar todas as mulheres aqui presentes e, em nome do Doutor Ademir, saudar todos os homens, meu amigos e minhas amigas, imprensa.

Vou fazer jus ao que diz respeito à tribuna o dia de hoje. Acompanhando toda mídia nacional, devido o fato que aconteceu com o cinegrafista Santiago, que foi morto através de ato de terrorismo no Rio de Janeiro, e acompanhando ontem as matérias pelo Brasil e pelo mundo, a Venezuela mais uma vez em estado de choque. Hoje vou me pautar mais uma vez a um projeto de minha autoria que foi dado entrada nesta casa, no que diz respeito ao crime, a violação dos direitos por via de internet, facebook, twitter, dentre outros. Por isso vou me pautar justamente sobre uma matéria que diz “o Brasil é a única democracia do mundo que não tem uma lei específica que trata do terrorismo”. Isso porque o país sempre viveu em paz, porém os atos de vandalismo, de depredação aos patrimônios públicos e privados, com ataques, bombas caseiras, rojões atingindo quem quer que seja, o que resultou em muitos feridos e uma morte, recentemente, no Rio de Janeiro. Tais fatos têm levado a sociedade organizada a clamar, hoje, por uma lei que proíba tais atos de pura



crueldade, para que se possam punir os responsáveis.

Ontem, o senado federal recebeu, na CCJ, um projeto do Senador Romero Jucá, onde trata justamente de todo esse conteúdo, e nós tínhamos buscado nesse projeto nosso, aqui no Estado, alguns amparos legais como podemos ver a seguir.

Foi apresentado, no senador federal, um projeto que define crime de terrorismo aqueles que provocam ou influem atos de terror e pânico generalizado, que atentem contra a vida das pessoas, a integridade física, saúde ou a qualquer tipo de ser humano na sua viabilidade de pessoa.

Caso o alto terrorista provoque morte, a pena será agravada e o terrorista poderá ser condenado a prisão de 24 a 30 anos.

Também será incluída nessa tipificação penal a privacidade de liberdade por motivo ideológico, religioso, político ou de preconceito racial, ou ético a qualquer cidadão.

Os crimes são inafiançáveis.

Já os atos terroristas praticados contra os bens públicos, ou serviços essenciais acarretarão a pena de, no máximo, 08 anos. A incitação ao terrorismo, por meio de propaganda, terá a pena de três vezes mais da reclusão e se divulgada na internet ou em qualquer meio de redes sociais, como face, whats ou coisa parecida, a pena aumentará em 1/3, chegando até 34 anos de prisão.

O que isso quer dizer, Senhoras e Senhores Deputados? Já tramita na Câmara Federal, como também no Senado Nacional. Ontem eu vi com urgência urgentíssima, o Presidente daquela Casa pedir que seguisse os exemplos daquela Casa, todas as Câmaras e todas as Assembleias do país, para que todos juntos pudéssemos coibir esses atos de terrorismo. Quem não lembra, aqui, do Santiago e dos dois rapazes que estão presos e vão ser beneficiados. Ontem o advogado deles disse que terminou o prazo de vistas. E disseram, também, que pagaram o valor de 150 reais para cada um deles, para que eles, um dia antes tivessem espalhado, no meio da movimentação, mais de 200 rojões. Vou mais longe, que não só culpem aquele que soltou o rojão, mas aquele que incentivou, e aquele que financiou aqueles dois jovens? Quem não viu ontem, em mídia nacional, a entrevista daquele jovem? Dizendo que ele se arrepende e tem que pagar pelo que ele fez. De que ele foi incentivado por apenas 150 reais. E os advogados já dizem que vão apresentar essa semana as pessoas que pagaram esses jovens para que eles cometessem esse ato de terrorismo.

Vou mais longe, que não sejam penalizados apenas esses jovens que soltaram o rojão, mas as pessoas que estão financiando. Porque entendo, quem aqui se lembra de um caso que chocou o Brasil e o mundo, quando a filha do Renato Gaúcho foi colocada nas redes sociais, em meados de dezembro pelo seu ex-namorado, de uma forma que nenhum pai queria ver, e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, no que diz respeito a penalizar o rapaz, só multou, era o ex-namorado da filha de jogador famoso, e o rapaz foi apenas penalizado com uma multa de 06 ou 07 salários mínimos e a imagem do Renato Gaúcho? Como ficou? E a imagem da família como ficou? Segundo ela, não tem mais nem coragem de falar com suas amigas e nem de frequentar uma faculdade. A família está até pensando em mandar sua filha para outro país, devido a uma imagem sua postada na internet.

Recentemente, em Roraima, teve uma moça, filha de alguém do alto escalão, com sua imagem também na internet. Foi um escândalo, precisamente no meio do ano passado. Chocou Roraima, quem não se lembra? A gente pode trazer o pai ou a pessoa aqui, se nos derem a prerrogativa de falar o nome da pessoa, porque isso mancha a família.

Então, nesse projeto que deu entrada, criando a Delegacia de Crimes Contra as Pessoas que são atingidas pela internet, e as penalidades, queria a clareza de cada um de vocês. Inclusive tem um projeto, de minha autoria, que fala sobre o racismo, da ideologia, da lei de expressão e esse dia internet vem complementar esse projeto federal que tramita no Congresso e no Senado Nacional.

Dessa forma, quero mais uma vez dizer que não podemos deixar violar a vida de qualquer pessoa por meio de informação.

E como falei ontem, parabenizando todos os jornalistas. Façam como eles, enviem toda matéria com precisão, como por exemplo, as falas dos Deputados George Melo e do Flamarion, que li hoje no jornal. Mas quero dizer que tentei falar ontem com o Senador Romero, com o Rodrigo Jucá, mas não consegui. Mas na próxima semana nós vamos a fundo, pedindo esclarecimentos da denúncia feita ontem pelo Deputado Flamarion Portela e pelo que eu soube aqui nos corredores, a minha pessoa também havia participado de algumas reuniões com esses grupos. Então, quero saber e aqui parabenizo o jornal folha de Boa Vista, porque às vezes quando ataca, quando difama, temos que ter as provas.

O Deputado Flamarion fez a denúncia, os Deputados que vão indicar laranjas e eu estou a fundo, estou aqui com toda matéria, e na terça-feira vou querer saber se eu participei de qualquer reunião dessas.

Meu nome está numa lista como se eu tivesse participado de

uma reunião, então eu quero dizer que o negócio vai pegar.

Esta semana vou entrar em contato com alguns Deputados, pois acho que é o dever de cada um conversar, participar seus acordos, mas tentar colocar um amigo em xeque.

Então, é essa forma que eu quero deixar bem claro, vou a fundo. Falei, agora, pessoalmente com o Deputado Flamarion e ele reafirmou e ainda tem mais.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Deputado Ivo Som, acompanhando o seu pronunciamento, vejo que Vossa Excelência está sempre atendida com as notícias nacionais e internacionais, e também sobre os bastidores da política roraimense, que nós como políticos temos o dever de acompanhar e buscar o maior número de informações possíveis para nos ajudar, até no balizamento de posições esse ano de 2014.

Mas me preocupa pelo histórico do nosso país, um país de paz, um país do futebol, do samba... Um país, onde o brasileiro com todas as dificuldades que enfrentamos no dia a dia, em especial a classe trabalhadora, nós somos um povo feliz e nós percebemos que em junho do ano passado a classe política ficou abismada, desnorteada, quando viu a população na rua cobrando direitos e naquele momento poucas pessoas souberam fazer interpretação do anseio daqueles jovens na rua. Que milhares e milhares de jovens andaram por várias cidades, inclusive essa Casa foi alvo de audiências públicas promovidas por esses jovens que vieram à praça protestar, trazendo protesto legítimo, sobre transporte escolar, transporte urbano, taxas, copa do mundo, e outros. E o movimento surgiu e se apagou, momentaneamente. Acredito que surgiu efeito, me lembro ter ligado a televisão às quatro da manhã e vi, lá, o senado trabalhando, tentando aprovar alguns projetos relevantes. Essa Casa aqui teve que se mobilizar. Aqui teve Deputado que ficou em dúvidas, se era oposição ou situação, uns racharam com o governo e depois voltaram, houve uma pressão direta na classe política.

Eu entendo como legítimo, até pelo histórico de vida, eu apoio os movimentos. Agora, nós criamos uma legislação oportunista caracterizando como ato terrorista um ou outro ato isolado de cidadãos que se aproveitam da manifestação pacífica, para colocar sua desordem na sociedade, prejudicando o movimento como um todo, é muito perigoso. Eu acredito que o congresso não aprove essa lei. Estamos diante de um impasse, o legislativo brasileiro não sabe ainda como normatizar essa questão das redes sociais, a mídia formal que hoje é manipulada de norte a sul do Brasil, apronta, destrói e constrói imagem de um ou de outro e não é penalizada. Estamos vedando o direito de imprensa. Agora as redes sociais hoje, criam um sistema democrático que chega à ponta da lança e qualquer cidadão opina e aí têm pessoas que vão lá e dão opinião, que quer ajudar construir, assim como tem pessoa má que também usa essa mídia, como o caso, recentemente, do Deputado Chico Guerra que publicaram que ele teria falecido na cirurgia.

Então, para nós criamos uma Lei antiterrorista, nas Assembleias, precisamos ter muita cautela. Como identificar o que é realmente um ato cívico de pessoas que estão protestando e o que é um vândalo. Parece-me que essa questão de terrorismo é muito mais um molde colocado pelo americano, tentando convencer a sociedade brasileira e o congresso.

Eu peço calma nessa questão, tenho me posicionado nesse sentido e acredito que temos que buscar uma legislação moderna para combater esses crimes de difamação e calúnia através das redes sociais, mas não podemos inibir. Pela primeira vez nós temos um meio de comunicação de livre acesso e fará muita diferença no processo político daqui para frente.

Era isso e muito obrigado.

O Senhor Deputado **Ivo Som** continua. – Obrigado, eminente Deputado Soldado Sampaio. Confesso a Vossa Excelência que o conheci nos movimentos e também quero dizer que fiz muitos movimentos em Roraima. Participei da criação do Bairro Brigadeiro e do Joquei. Participei de muitas movimentações, do projeto da gratuidade, mas duvido se lá atingi a honra de alguém, se agredi alguém. Fui atingido. Quando o Lula esteve aqui, quando fomos fazer o movimento, eu e o Márcio Junqueira, fui atingido na cabeça pela PM e levei 06 pontos. Essa eu peguei.

Quando fui para o bairro Brigadeiro à época, arranharam meu carro todo, sai de lá apedrejado.

Então, o que eu digo Deputado Sampaio, aqueles malfeitores querem se colocar perto das pessoas de bem para generalizar o mal. Esse sim, o mal, não pode vencer o bem. O mal tem que pagar pelo que faz.

Tem-se um movimento, um movimento pacífico como se encontrou aqui em Boa Vista, movimento do qual Vossa Excelência participou, da greve da PM, que também estive junto. Movimentos que, realmente, as pessoas de bem têm o direito democrático de expressar para ter seus direitos adquiridos. Esse pode contar comigo, e sempre farei aqui. Agora, movimentos baderneiros, para bater em pai de família, quebrar bancos, comércios, invadir estabelecimentos, levando prejuízo moral à sociedade, ao patrimônio público, esse não. Esse é de vandalismo.

No mais, quero agradecer, e como disse, vou me aprofundar nessas

conversações. As denúncias feitas pelo Deputado Flamarion no dia de ontem, se Deus quiser, terça-feira, vamos trazer aqui às claras o que realmente houve e se realmente estão colocando o nome do Deputado Ivo Som, pois eu não participei desse tipo e reunião, assim como disse o Deputado Flamarion, e ele mesmo se prontificou de que teremos que nos aprofundar justamente para saber o que houve nessas reuniões e esclarecer, de forma verdadeira, quem está envolvido nelas.

Bom dia a todos, bom fim de semana, que Deus abençoe a cada um.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, plateia, servidores da Casa, meu bom dia especial. O motivo do meu discurso, hoje, foi o pronunciamento de Vossa Excelência, Deputado Gabriel, na terça-feira, em que alguns colegas lhes perguntaram em que Estado Vossa Excelência vive, Vossa Excelência nem estava no plenário no momento, questionando que Vossa Excelência só vê as mazelas que nosso Estado se encontra e que tem muita coisa boa mesmo, segundo a bancada governista, no nosso Estado. Eu sei em que Estado o Senhor vive porque eu lhe encontro lá no quilômetro quinhentos, em São Luiz, Caroebe. Fazemos caminhadas juntos, somos do mesmo partido e temos a mesma linha de defesa dos interesses da população. O mesmo Estado que o Senhor vive é o que eu vivo também. Eu vivo num Estado em que, na campanha de 2012, foi dito que nunca prefeitura e governo trabalharam juntos, e nessa parceria o que eu vi foi, no final do ano, aqueles enfermeiros e outros profissionais da saúde acampados em frente ao HGR e aí se trouxe num momento eleitoral e pela pressão. Nossa! Como o governador ficou bom do dia para a noite? O ano de 2014 se aproximando e ele querendo cumprir tudo. É esse o Estado em que eu vivo. A parceria do governo com a prefeitura. Aí vem a parceira da prefeitura. Eu vou até a divisa do Estado do Amazonas olhar as condições da estrada e quando volto, para minha surpresa, na bola do trevo eu vejo profissionais da saúde em greve. O Estado que eu vivo é o Estado que tem greve na saúde municipal e Estadual, caos no Santo Antônio, no HGR, em Rorainópolis, São Luiz, é o Estado que eu vejo as pessoas não terem uma saúde digna. Eu vivo também num Estado onde a lei de terras é retirada de discussão e votação dentro da Assembleia, e talvez ninguém tenha um motivo ou a coragem de dizer o porquê da retirada. A lei de terras foi retirada por interesses particulares de alguns políticos e aliados do governador José de Anchieta. Enquanto isso, o pequeno, o médio e os verdadeiros produtores estão sendo prejudicados porque não conseguem uma linha de crédito. É esse Estado em que vivo e Vossa Excelência também vive. Eu vivo num Estado em que até hoje o zoneamento ecológico, e olha que muitos de nós vamos ser beneficiados também, não foi discutido, não veio para a Assembleia uma lei que é o sonho de todos os roraimenses. Os amigos do Amapá também serão beneficiados. A Senadora Ângela conseguiu, com muita luta, junto ao governo federal uma compensação. É lamentável, Deputado Erci. Hoje não termos, aqui, para aprovarmos o zoneamento ecológico, também por interesses políticos e pessoais. E olha que tem gente séria comandando esses trabalhos, que é o Doutor Daniel Gianluppi. Mas, infelizmente as pessoas que querem trabalhar corretamente são pressionadas por interesses ocultos para a sociedade em geral, mas para a gente não. É este Estado em que vivo. Estado em que a bancada do governo adora dizer, nunca se asfaltou tanta vicinal. O único governo que asfalta vicinal é o governo de José de Anchieta. Vou ser franco, realmente o asfalto está aí e era um sonho do ex-governador, para alguns saldos, o Governador Ottomar, a construção dessas vicinais porque ele ia levar o desenvolvimento. Essas vicinais à época, projeto samaúma, projeto de assentamento, projeto apiaú, pequeno e médio produtor, campos novos. As pessoas de Boa Vista não sabem, lá tem um potencial de produtores de banana. Hoje o que se tem lá, são grandes propriedades de fazendeiros e muitos deles também ligados ao governo. Será que é o pequeno produtor que está sendo beneficiado? Vai escoar o que? Lá no Sul do Estado onde, está uma grande concentração de gente querendo trabalhar, produzir, olhem as condições das estradas lá. É nesse Estado em que vivo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Só para enriquecer seu pronunciamento e dizer que o Estado onde vivo é o Estado em que na vicinal 16, seu Alcides, um morador de lá há 16 anos, está com uma ponte quebrada e pedindo ajuda para colocarmos um bueiro para que ele possa retirar seu gado. O Estado onde vivo é o Estado em que os professores de uma escola, que não vou dizer o nome para não serem prejudicados, mas eles mandaram um ofício para mim, pedindo para intercedermos junto à Secretaria de Educação e ao governo para climatizarmos a escola, pois os ar-condicionados estão lá desde 2010, quando implantaram aquela política mentirosa para ganhar as eleições, que iam climatizar as escolas. O Estado onde eu vivo é onde um governador que a gente tem que votar por proposta e não por dinheiro, disse que ia dar computadores aos alunos e não deu, enganou os alunos. Infelizmente o Estado onde eu vivo lá, no Hospital Geral, os doentes estão nos corredores em macas e cadeiras. Eu vou alertar e dizer, como eu disse da febre aftosa, quem estiver trabalhando na Assembleia pode anotar, em abril, nas primeiras chuvas, a vicinal 21 será interditada, vicinal que dá acesso mais de 400 famílias na Serra Dourada, porque o governador

mentiu. Eu tenho documento assinado por Chico Rodrigues, que à época respondia pelo governo, ele fez um compromisso e assinou um acordo, ele disse que estava respondendo pelo governo do Estado. Uma senhora ainda perguntou: o senhor não está mentindo? Eu estou respondendo pelo governo do Estado. Ele assinou um acordo que ia fazer uma obra emergencial. Até hoje não foi licitada, faltam 40 dias para o inverno e nas primeiras chuvas interdita. Infelizmente é nesse Estado em que eu vivo. Obrigado.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – Na terça-feira quando fui até a divisa do Estado com o Amazonas averiguar as reivindicações dos caminhoneiros a respeito da manutenção. O Parlamento é democrático e em conversa com o Deputado Remídio, do PR, que também tem empresa de transporte que faz esse trecho, Boa Vista/Manaus. Ele me falou que a grande dificuldade, nesse caso, já não é o governo, pois o governo está apenas enfrentando as dificuldades. A oposição não pode fazer um ataque pessoal a ninguém. Em certos momentos nós ficamos tão indignados com a atitude de gente do tipo do governador que acabamos nos excedendo, mas, nesse caso específico, foi constatado não ser culpa do governo e nem da secretaria de obras. Eles estão enfrentando dificuldade, visto que os índios estão cobrando cerca de 3 milhões de reais para autorizar que o governo realize o roço dentro da reserva. Mas, infelizmente há trechos da BR que estão em situação precária, que dá até impressão que você voltou a andar numa vicinal. Justificando a minha ausência no dia de ontem e quero aqui aproveitar, não se encontra em plenário, está no plenarinho, mas temos aqui um vereador amazonense, Elias Emanuel, e gostaria muito que ele estivesse aqui para perguntar qual a impressão que ele tem de Boa Vista porque eu sempre tenho como referência, um bairro chamado Cidade Nova, em Manaus. Eu nasci em 1983 e ele foi criado em 1985, hoje tem 600 mil habitantes, um complexo de bairro que surgiu em 1985, hoje coloca o Estado de Roraima no bolso. O Estado em que vivo é um Estado que tem um distrito industrial sucateado, onde não se tem emprego, tem quase 30 mil universitários e você vê um universitário, com todo respeito aos garçons, mas dividir vaga com um garçom. É esse Estado que eu vivo e não é esse Estado que alguns políticos e a propaganda institucional do governo querem mostrar para a população, mas continuo firme e acreditando que a população é a única que tem a arma nas mãos, que é o voto, e esse ano a população dará uma grande resposta. Quero poder ter a honra de dizer obrigado à população por ter dado a resposta, eu me orgulho do Estado em que vivo. Bom dia a todos.

A Senhor a Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo mais Oradores e nem Ordem do Dia passamos para as Explicações Pessoais.

Gostaria de dizer três coisas aqui: eu vi alguma referência a um computador por aluno, isso não foi projeto do governador Anchieta não, isso foi um projeto dos governos anteriores. A questão do ar condicionado a gente já disse aqui, é o maior crime que o governo federal fez com o Estado de Roraima. Você encontra ar condicionado em tudo quanto é escola, até escola que vai levar 10 anos para ter energia. Alguém descarregou aqui um monte de ar condicionado. Escola que não tem subestação para instalar ar condicionado e nem veio dinheiro para instalar. A BR-174 tem trechos que realmente ainda falta concluir a recuperação. Eu penso todos os dias, o Estado em que a gente vive é um Estado que ainda falta muita coisa, é o Estado brasileiro e a gente não é exceção, Marcelinho. Ontem eu estava conversando com um grupo de produtores e eles disseram assim: a gente poderia fazer isso, mas o Estado não vai ajudar. Eu gostaria de saber se um Estado que ainda não produz, de onde ele vai retirar muito para dar muito? Eu me preocupo muito quando escuto que Roraima é o Estado com maior índice de aluno nas universidades e realmente é. Eu não sei se pela oportunidade de empresários do ensino superior, que hoje nem se preocupam em formar alunos que possam competir lá fora pela vaga de emprego, e a gente não ter a oferta de emprego para tudo isso. Mas mesmo assim, a gente tem uma luta muito grande para que este Estado continue sendo melhor do que muitos do nosso Brasil. A gente realmente tem muita coisa para fazer. Ninguém acabou com os problemas do Estado neste governo e nem vai acabar no próximo, até porque se acabar a população pára, deixa de viver, não vai acabar de forma nenhuma. Eu espero que não acabe, e que a gente continue sempre buscando, o Estado crescendo e a gente buscando estruturá-lo para que cresça muito mais, senão o mundo vai acabar, quando anunciaram que ia acabar eu fiquei apavorada, não quero que meu Estado acabe.

Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer uso das Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 25, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: Ângela Âguida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e **Soldado Sampaio**.

Aprovada Ata Sucinta em: 25/02/2014